

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU, E O ESTADO DO AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ.

A UNIÃO, por intermédio da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, doravante denominada CGU, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco 'A', Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.914.685/0001-03, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União Interino, Sr. CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR, e o ESTADO DO AMAPÁ, por meio da CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ com sede na RUA CÂNDIDO MENDES, 501, Centro, Macapá-AP, inscrito no CNPJ sob o nº 003945770001-25, doravante denominado ESTADO, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Sr. ANTÔNIO WALDEZ GOES DA SILVA e pelo CONTROLADOR-GERAL DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ Sr. OTNI MIRANDA DE ALENCAR JÚNIOR, celebram o presente ACORDO de Cooperação Técnica, doravante denominado ACORDO, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e as condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto a integração de metodologias entre os partícipes, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, de forma a incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas, do ESTADO e da CGU.

PARÁGRAFO ÚNICO: o presente ACORDO visa subsidiar a implantação do Observatório da Despesa Pública no estado do Amapá, projeto denominado ODP. *estadual*, oriundo do Acordo de Empréstimo nº 2919/OC-BR (BR-L1223) assinado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a CGU, com vistas a Fortalecer os Sistemas de Controle Interno nos Governos Estaduais e Municipais.

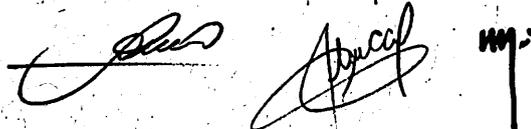
CLÁUSULA SEGUNDA - DA OPERACIONALIZAÇÃO

Cabe à CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, por intermédio de sua COORDENADORIA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS – CAE/CGE/AP, com sede na RUA CÂNDIDO MENDES, 501 – CENTRO, Macapá-AP, doravante referida simplesmente como CGE/AP, e à Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas - DIE, na CGU, por meio do Observatório da Despesa Pública, com sede no Setor de Autarquias Sul-SAS, Quadra 1, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro, 7º andar, Brasília/DF - CEP 70070-905, doravante referida simplesmente como ODP, operacionalizar o presente ACORDO de Cooperação, nos termos nele previstos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação pretendida pelos partícipes consistirá em:

I – Aprimorar o monitoramento da aplicação de recursos públicos federais e estaduais repassados e aplicados no âmbito do ESTADO;



II – Integrar as metodologias adotadas pelos partícipes;

III – Realizar treinamentos em conjunto que visem aperfeiçoar as técnicas de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas;

IV – Estabelecer meios de intercâmbio de profissionais em atividades em conjunto;

V – Estabelecer fluxos de envio de materiais, formas de entrega e periodicidade, visando a complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências e/ou informações;

VI – Fomentar assistência mútua para desenvolvimento das ações institucionais que envolvam interesses comuns aos partícipes;

VII – Desenvolver projetos de capacitação, investigação, transferência de tecnologia, análise de dados, estudos em conjunto entre os partícipes e divulgação em campos de interesse mútuo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atividades a que se refere esta cláusula serão executadas na forma a ser definida, em cada caso, por ambos os partícipes, respeitadas as competências atribuídas pela Constituição Federal e pela Constituição do ESTADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As atividades conjuntas de que trata o item IV serão realizados seguindo critérios e formalidades a serem estabelecidos em cada caso pelas partes e somente serão possíveis nos casos que envolvam, ao mesmo tempo, agentes públicos federais e estaduais.

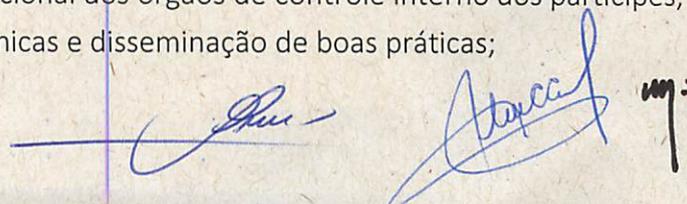
PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de atividades operacionais conjuntas em que haja intercâmbio de profissionais, o órgão arcará com a mobilização do seu próprio pessoal, independentemente de ser o solicitante ou não.

PARÁGRAFO QUARTO: para o intercâmbio de dados e/ou informações necessários ao cumprimento das regras estabelecidas nesta cláusula, poderão ser adotados documentos por meio físico ou eletrônico, desde que garantida a identificação inequívoca do signatário, conforme estabelece a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPIES

I – Incumbe aos partícipes:

a) apoiar mutuamente o desenvolvimento institucional dos órgãos de controle interno dos partícipes, inclusive mediante prestação de consultorias técnicas e disseminação de boas práticas;



b) elaborar estudos de interesse comum entre os órgãos de controle interno partícipes, com o objetivo de prevenir e combater a corrupção e monitorar as despesas públicas;

c) ter conhecimento e concordar com todos os itens definidos na Carta Consulta, que define a estratégia de implementação do ODP *estadual*.

II – Os partícipes se obrigam a:

a) fornecer as informações e as orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste ACORDO;

b) conduzir os trabalhos objeto deste ACORDO em conformidade com as normas e os procedimentos de auditoria governamental vigentes;

c) proporcionar, com a necessária presteza e por meio de solicitações recíprocas, orientações suplementares quanto à metodologia a ser adotada no planejamento e na execução dos trabalhos, bem como na emissão dos relatórios dos estudos;

d) manter à disposição do outro partícipe a respectiva jurisprudência atualizada, relativamente aos trabalhos objeto do ACORDO;

e) disponibilizar, ao outro partícipe, material de interesse relativo a estudos específicos, e a ações de capacitação, devendo manter o devido sigilo, conforme acordado entre as partes;

f) observar o direito autoral envolvendo cursos, programas ou qualquer material de divulgação institucional utilizado nas ações previstas neste ACORDO, devendo ser informados o crédito da autoria e o respectivo instrumento de cooperação que deu amparo à utilização do material pelo partícipe;

g) levar, imediatamente, ao conhecimento do outro partícipe, ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes deste ACORDO, para a adoção das medidas cabíveis;

h) acompanhar e fiscalizar as ações relativas ao objeto do presente ACORDO;

i) notificar, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução das atividades decorrentes do presente ACORDO;

j) manter-se mutuamente informados sobre o andamento dos trabalhos e fornecer entre si relatórios pertinentes à execução das atividades incluídas neste ACORDO.

III – O ESTADO se obriga a:

Two blue ink signatures are present at the bottom right of the page. The first signature is a cursive script, and the second is a more stylized signature. A vertical line is drawn to the right of the second signature.

- a) integrar a rede ODP;
- b) compartilhar dados, informações, estudos realizados e construir ambiente tecnológico compartilhado;
- c) disponibilizar infraestrutura do Canal Físico: equipe, espaço físico, hardware, software e mobiliário, conforme Anexo I e II da Carta Consulta;
- d) adotar identidade visual da rede ODP. *estadual*;
- e) implantar, por ADESÃO à Rede, 3 unidades ODP. *municipal*, na capital e nos 2 municípios de maior Produto Interno Bruto-PIB do respectivo estado, via assinatura de instrumento específico, com a finalidade de fomentar o monitoramento das despesas públicas.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

Este ACORDO de Cooperação será executado por meio da realização de ações de interesse dos partícipes, que traduzam as formas de cooperação estabelecidas na CLÁUSULA TERCEIRA, respeitadas as competências e finalidades de cada uma.

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

O presente ACORDO é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferências de recursos entre os partícipes, devendo os signatários arcar com os custos necessários ao alcance do pactuado.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos, os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

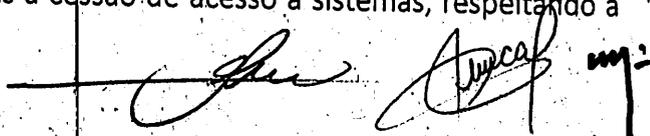
CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente ACORDO de Cooperação não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO E DA PROPRIEDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os dados necessários à realização de estudos conjuntos são de propriedade exclusiva da CGU e do ESTADO, sendo vedado aos partícipes a sua disponibilização, locação, repasse ou venda a qualquer título para terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Deverá ser avaliada pelos partícipes a cessão de acesso a sistemas, respeitando a legislação vigente.



PARÁGRAFO TERCEIRO – Os agentes públicos que tiverem acesso aos dados sujeitam-se aos impedimentos e penalidades previstos no art. 32 da Lei nº 12.527 de 2011 e, especificamente a:

I - manter o grau de confidencialidade atribuído pelo cedente às informações a que tiver acesso em razão deste ACORDO, nos termos da legislação em vigor e respectivas regulamentações internas da CGU e do ESTADO.

II - guardar sigilo dos dados e das informações postos à disposição, utilizando-os, exclusivamente, para subsidiar o planejamento e o exercício de ações de auditoria, de fiscalização e de produção de informações estratégicas.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA

A publicação do extrato do presente instrumento e de seus aditamentos será providenciada pela CGU, no Diário Oficial da União, e pelo Estado do Amapá, no Diário Oficial do ESTADO, em consonância com o que dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente ACORDO terá vigência de sessenta meses, iniciando-se a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, caso haja manifesto interesse dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante termo aditivo, e rescindido a qualquer tempo, por mútuo consenso, pelo inadimplemento das obrigações assumidas pelos partícipes, ou pela iniciativa unilateral de qualquer deles, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eventual rescisão deste ACORDO não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos mediante instrumento próprio, devendo as atividades iniciadas serem desenvolvidas normalmente até seu prazo final, nos termos estabelecidos entre os partícipes.

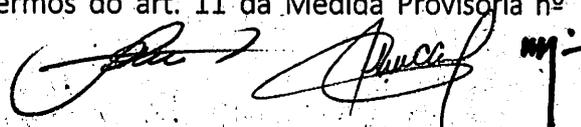
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Aplicam-se à execução deste ACORDO, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS E ELEIÇÃO DE FORO

As controvérsias acerca da execução deste ACORDO de Cooperação serão supridas de comum acordo entre a CGU e o ESTADO, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento, na forma do disposto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso não seja possível a resolução prevista no caput, deverão os signatários solicitar o deslinde da controvérsia pela Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº



2.180-35, de 24 de agosto de 2001, utilizando-se, para tanto, da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF, instituída pela Portaria nº 1.281, de 27 de setembro de 2007, do Advogado-Geral da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os detalhes operacionais necessários ao pleno cumprimento das obrigações ora assumidas serão estabelecidos de comum acordo pelos partícipes, por meio de deliberações registradas em expedientes internos ou em atas de reuniões compartilhadas, e as dúvidas dirimidas por mútuo entendimento entre os partícipes.

E, por estarem em comum acordo, assinam o presente ACORDO de Cooperação em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra signatárias, para que se produzam os necessários efeitos legais.

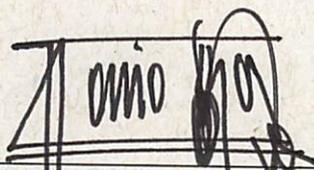
Brasília-DF, 12 de janeiro de 2016

Partícipes:



CARLOS HIGINIO RIBEIRO DE ALENCAR

Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União -
Interino



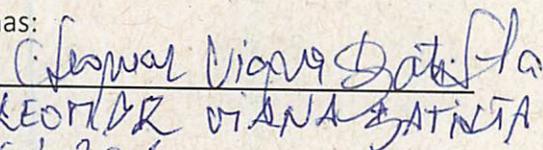
ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador do Estado do Amapá



OTMI MIRANDA DE ALENCAR JÚNIOR
Controlador-Geral da Controladoria-Geral do Estado

Testemunhas:

Assinatura:



Nome:

CREOMIR VIANA BATISTA

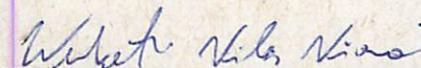
RG:

1.052.832

CPF:

552.713.246-72

Assinatura:



Nome:

WERBETHI VILAR VIANA

RG:

332.971-5591/PB

CPF:

407.138.494-27

RETIFICAÇÃO

No Edital de Credenciamento nº 1/2016; publicado no DOU seção 3, edição nº 7 página nº 1 do dia 12.01.2016. Onde se lê: Data de abertura 19/01/2016. Leia-se: Data de abertura 29/01/2016.

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
NO RIO DE JANEIRO****EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015 - UASG 110102**

Processo: 00677000197201519. PREGÃO SISPP nº 16/2015. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 11146580000146. Contratado: LAPAC SERVIÇOS EIRELI - ME -Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de COPEIRAGEM-COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global e com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades das unidades da AGU no Estado de Minas Gerais. Fundamento Legal: Lei nº 10.520, Decreto nº 5.450, Decreto nº 2.271, IN SLTI/MPOG nº 2 e Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/12/2015 a 30/11/2016. Valor Total: R\$528.599,00. Fonte: 100000000 - 2015NE801656. Data de Assinatura: 01/12/2015.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2015NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 110102

Número do Contrato: 4/2013. Processo: 00592001420201232. PREGÃO SISPP nº 9/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 07655416000197. Contratado: ARTEBRILHO MULTSERVIÇOS LTDA -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato, por um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 27/05/2014 a 26/05/2015. Valor Total: R\$180.796,13. Fonte: 100000000 - 2015NE800063. Data de Assinatura: 07/05/2014.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - UASG 110102

Número do Contrato: 23/2012. Processo: 00592000285201216. PREGÃO SISPP nº 29/2012. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 13150147000100. Contratado: G P7 LOGISTICA LTDA -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato, por um período de 12 (doze) meses, conforme disposto no

art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Fundamento Legal: Lei nº 10.520, Decreto nº 5.450, Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/09/2014 a 13/09/2015. Valor Total: R\$1.778.587,62. Fonte: 100000000 - 2015NE800071. Data de Assinatura: 13/09/2014.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2015 - UASG 110102

Número do Contrato: 18/2013. Processo: 00677000683201375. PREGÃO SISPP nº 36/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 00062861000102. Contratado: ACOMAR REFORMA E REFRIGERAÇÃO LTDA - EPP -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato, por um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 23/12/2014 a 22/12/2015. Valor Total: R\$59.390,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800530. Data de Assinatura: 19/12/2014.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2015 - UASG 110102

Número do Contrato: 18/2014. Processo: 00677000726201401. PREGÃO SISPP nº 18/2014. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 08491163000126. Contratado: RIO MINAS - TERCEIRIZAÇÃO E -ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS L. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a Supressão de 4,03% (quatro vírgula três centésimos por cento) do contrato original, com fulcro na Cláusula Décima Terceira do Contrato, e a alteração do valor contratual devido a concessão da supressão contratual, dos postos vigentes até a data de 31/05/2015. Fundamento Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: 01/06/2015 a 30/12/2015. Valor Total: R\$1.439.488,80. Fonte: 100000000 - 2015NE800061. Data de Assinatura: 30/05/2015.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2015 - UASG 110102

Número do Contrato: 19/2013. Processo: 00677000683201375. PREGÃO SISPP nº 36/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 09329246000186. Contratado: ESQUIMO SERVICE LTDA - ME -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do representante legal da Contratada, bem como o endereço de sua sede, e a prorrogação da vigência do contrato, por um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 23/12/2014 a 22/12/2015. Valor Total: R\$56.962,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800531. Data de Assinatura: 19/12/2014.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2015 - UASG 110102

Número do Contrato: 20/2013. Processo: 00677000683201375. PREGÃO SISPP nº 36/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 42821603000102. Contratado: SIOTECH AR CONDICIONADO EIRELI --ME. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato, por um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 23/12/2014 a 22/12/2015. Valor Total: R\$26.900,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800528. Data de Assinatura: 19/12/2014.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2015 - UASG 110102

Número do Contrato: 21/2013. Processo: 00677000683201375. PREGÃO SISPP nº 36/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 05449571000121. Contratado: TERMS MANUTENÇÃO LTDA - EPP -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato, por um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 23/12/2014 a 22/12/2015. Valor Total: R\$44.767,98. Fonte: 100000000 - 2015NE800529. Data de Assinatura: 19/12/2014.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 - UASG 110102

Número do Contrato: 12/2013. Processo: 00592001692201232. PREGÃO SISPP nº 23/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 000289860001180. Contratado: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato, por um período de 12 (doze) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Fundamento Legal: Lei nº 10.520, Decreto nº 5.450, Lei nº 8.666/93. Vigência: 10/07/2015 a 10/07/2016. Valor Total: R\$11.034,96. Fonte: 100000000 - 2015NE800056. Data de Assinatura: 10/07/2015.

(SICON - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

**AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2015**

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo nº 00677000627201501. Objeto: Contratação do serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mão-de-obra sem dedicação exclusiva, para 01 (um) elevador instalado no prédio que abriga a Procuradoria Seccional da União (PSU) localizada em Uberlândia/MG.

IZABEL TEIXEIRA BARBOZA REIS
Pregoeira

(SIDECA - 12/01/2016) 110161-00001-2016NE000095

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
NO RIO GRANDE DO SUL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2015 - UASG 110097**

Processo: 00588000830201578. PREGÃO SISPP nº 16/2015. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. CNPJ Contratado: 97456065000188. Contratado: MINAS TURISMO E SERVICOS LTDA - -EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de veículo com motoristas para atender unidades da Advocacia Geral da 4ª Região, no estado do Rio Grande do Sul. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 11/01/2016 a 10/01/2017. Valor Total: R\$355.000,00. Fonte: 100000000 - 2015NE803052. Data de Assinatura: 11/01/2016.

(SICON - 12/01/2016) 110061-00001-2015NE000095

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 - UASG 110097

Número do Contrato: 25/2013. Processo: 00435002065201221. PREGÃO SISPP nº 31/2012. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. CNPJ Contratado: 05956725000252. Contratado: RS AR CONDICIONADO EIRELI - EPP -Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, pelo período de 10/01/2016 a 09/01/2017. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 10/01/2016 a 09/01/2017. Valor Total: R\$25.807,67. Fonte: 100000000 - 2015NE800658. Data de Assinatura: 29/12/2015.

(SICON - 12/01/2016) 110097-00001-2015NE000095

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 18/2015**

A Pregoeira da Superintendência de Administração da Advocacia Geral da 4ª Região torna publico o resultado do pregão, declarando vencedora a empresa BRASERV LTDA-EPP, com o valor de R\$ 10.200,00. O processo encontra-se disponível para vistas dos interessados.

MARILDA VULCÃO LEÃO

(SIDECA - 12/01/2016) 110061-00001-2015NE000095

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2016 - CGU. Processo nº 00190.024611/2015-48. PARTES: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO-CGU, com sede no Setor de Autarquias Sul- SAS - Quadra nº 1 - Bloco "A", 8º andar, CEP 70070-905, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.914.685/001-03 e o ESTADO DO AMAPÁ, com sede na Rua Cândido Mendes, 501, Centro, Macapá-AP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.577/0001-25. OBJETO: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a integração de metodologias entre os participantes, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, do Estado do AMAPÁ e da CGU, de forma a incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas, via a implantação do Observatório da Despesa Pública no Estado do AMAPÁ, projeto denominado ODP.estadual, oriundo do Acordo de Empréstimo nº 2919/OC-BR (BR-L1223) assinado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a CGU, com vistas a Fortalecer os Sistemas de Controle Interno nos Governos Estaduais e Municipais. RECURSOS: Este instrumento não acarreta quaisquer ônus financeiros aos participantes. VIGÊNCIA: vigência de sessenta meses, iniciando-se a partir da data de sua publicação. DATA DE ASSINATURA: 12/01/2016. SIGNATÁRIOS: Pela Controladoria-Geral da União o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União Interino, Excelentíssimo Senhor Carlos Higinio Ribeiro de Alencar; pelo Estado do Amapá, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amapá Antônio Waldez Góes da Silva.

**SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS****EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016 - UASG 110176**

Processo: 00190024404201593. PREGÃO SRP nº 15/2014. Contratante: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO -CNPJ Contratado: 16734029000137. Contratado: FAST FLEET GESTAO DE FROTAS LTDA -EPP. Objeto: Fornecimento de gasolina tipo C comum e aditivada, óleo diesel comum, óleo diesel S-10 e etanol, por meio de

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRESA NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ouvidoria@in.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787